

Alfio Brandenburg¹

*Os novos atores da reconstrução do
ambiente rural no Brasil: o movimento
ecológico na agricultura²*

Introdução

Este texto tem como objetivo verificar em que medida os agricultores ecológicos contribuem para a construção de um rural socioambiental no Brasil, não se restringindo à substituição de práticas agrícolas modernas por práticas ecológicas. Para tanto as análises referenciaram-se empiricamente em dados pesquisados na Região Metropolitana de Curitiba, em particular no espaço de atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A investigação foi realizada a partir de um projeto interdisciplinar do qual participaram estudantes do Curso de Pós-Graduação. Em atendimento aos requisitos da pesquisa

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: alfio@onda.com.br.

² Texto apresentado no Seminário “The potential of agroecology to contribute to ecological transitions in agriculture”, Liège University, Arlon Campus, Bélgica, 24-26/02/2010.

interdisciplinar, foi selecionado como área de estudo o município de Rio Branco do Sul, privilegiando três comunidades de agricultores.

O rural moderno e a questão ambiental

A literatura relacionada com os estudos do rural brasileiro é extremamente vasta no que concerne à modernização da agricultura, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Entre esses estudos destacam-se aqueles que procuram compreender o processo de modernização na perspectiva da subordinação da agricultura ao capital e aos interesses urbano-industriais. Destacam-se também os trabalhos relacionados aos estudos das consequências da modernização, no plano econômico, social e cultural, que mostram os processos de diferenciação social, da concentração fundiária e renda, das transformações nas relações de trabalho, dos processos migratórios. Nesse período, os estudos voltados à questão ambiental estiveram praticamente ausentes da agenda dos pesquisadores, salvo em alguns trabalhos que analisaram impactos da modernização (MARTINE, GARCIA, 1987). Esses estudos certamente refletem um modelo de análise que colocava no centro da matriz analítica a questão da desigualdade social, do conflito de interesses de classe, das formas de dominação e exploração econômica, do desenvolvimento e progresso técnico. Essa posição dos estudiosos refletia uma tendência das teorias das ciências sociais que analisavam as relações sociais que se desenvolviam no interior da sociedade, mas que não consideravam as relações da sociedade com a natureza.

Estudos mais recentes apontam uma segunda fase da modernização. Entre eles diversos trabalhos mostram um

processo de industrialização da agricultura indicando que a agricultura deixa de ser a atividade de exclusiva caracterização do rural. Nessa perspectiva, a leitura do fim do rural aparece como eminente na medida em que os espaços tidos como rurais são urbanizados, evidenciando também o fim de um rural entendido como tradicional. Outra vertente mostra um rural heterogêneo resultante de um processo incompleto de modernização dos diversos espaços. Um rural que se reconstrói com uma vida social e que reproduz uma relação de complementaridade com o ambiente urbano, apresentando não apenas um processo de urbanização do campo, mas também de rurbanização das cidades. Nessa perspectiva, o rural não desaparece, mas ressurgue com formatos sociais e produtivos diversos e aponta para uma modernidade social com reapropriação de espaços pelos camponeses e agricultores familiares, mediante processos de assentamentos, mesmo socialmente insuficientes para o conjunto de trabalhadores despossuídos e demandadores de terra para o trabalho.

Entre essas duas vertentes alguns poucos estudos começam a mostrar uma faceta não contemplada explicitamente pelas visões anteriores. Trata-se dos estudos que vinculam a questão ambiental aos novos projetos de “novos atores”³. São estudos que abordam os movimentos ambientalistas ou ecológicos na agricultura e que começam a aparecer na década de 1980 e mais intensamente após a Eco-92⁴. Novos, na medida em que esses personagens questionam o paradigma convencional de produção agrícola e

³ Novos segundo a perspectiva de Alain Touraine (1995).

⁴ O evento marca o aparecimento de estudos relacionados com o desenvolvimento sustentável e a reconstrução socioambiental do rural. Para uma síntese dos temas estudados, consultar: BRANDENBURG (2005).

constroem relações sociais a partir de um projeto de vida em que natureza e cultura não se opõem. Esses novos atores não apenas contestam e implementam práticas agrícolas ecológicas, mas se afirmam como sujeitos de um projeto relacionado a um estilo de vida crítico à sociedade de consumo massificado.

Os novos atores e a reconstrução do rural

Em que pese os estudos mostrarem um rural esvaziado e uma sociedade que se urbaniza, parece evidente que a sociedade brasileira não pode ser representada como uma sociedade em que os espaços sociambientais e estilos de vidas se homogeneizaram em decorrência do processo de modernização. Nesse contexto, há um rural que ressurgue caracterizado por espaços diferenciados (WANDERLEY, 2000) sob influência de fatores diversos e que coloca na agenda de pesquisa a reconstrução de um rural agora revalorizado. Enquanto a sociedade sofria um processo intenso de modernização e oferta de empregos nas cidades, o rural era secundarizado, tido como sinônimo de atraso e de ignorância, mesmo com as políticas de modernização da agricultura. Hoje com novas questões e problemas sociais crescentes no âmbito da sociedade há uma espécie de retorno, de resgate de um elo socioambiental que se encontra no ambiente ruralizado por se caracterizar como um meio menos artificializado. Mesmo transformada a natureza persiste, mais intensamente no âmbito do rural. Embora atingida de modo geral por processos de intervenção humana que se situam no âmbito global, como mostra Giddens (1991), há processos naturais biológicos que se mantêm sem que haja interferência direta do homem. É justamente essa intervenção ou mais especificamente a forma de intervenção que hoje passa a ser questionada.

A questão ambiental parece ser uma das marcas da modernidade contemporânea e, sem dúvida, atinge todas as sociedades. Até mesmo onde se acreditava que o rural tivesse sido relegado a uma espécie de espaço de museu natural, ele passa a ser rediscutido (KAYSER, 1990).

O fenômeno da globalização, embora focado primordialmente na sua dimensão econômica, social e ambiental, traz consigo a necessidade de se rediscutir o rural, considerando a sua heterogeneidade, no que diz respeito às formas de ocupação do espaço de apropriação e exploração da natureza e diversos saberes a ele relacionados. Isto porque as principais questões que inquietam o globo, tais como mudanças climáticas, energia e produção alimentar, encontram alternativas no âmbito da ruralidade. Nesse sentido, no Brasil, um país de grandes áreas cultivadas, há necessidade de compreender o que se passa no rural; quais os protagonistas que reconstróem e como reconstróem o rural.

Considerando o rural ante o processo de modernização, observa-se um rural de espaços diferenciados, mas também de tempos sociais diferentes. Assim não se pode falar de “um rural” no Brasil, mas de “ruralidades”. Desse modo, torna-se necessário qualificar o rural do qual está se falando. Como a modernização não se completou, persistem, de um lado, um rural pré-moderno, com relações sociais que invocam o período colonial ou tradicional e, de outros um rural moderno onde ocorrem transformações das relações de trabalho, de processos de modernização da vida social no campo e da degradação dos recursos naturais. Coexistem, também, com esses dois períodos, cenários presentes em uma modernidade avançada ou reflexiva tal como nas sociedades de capitalismo desenvolvido.

Inserido globalmente na era do capital financeiro, no mundo da informação, da vivência multicultural e da troca mercantil, o rural se (re)constrói a partir da singularidade de suas diversas situações. Dessa forma, as práticas sociais são reconstruídas não a partir de uma modernidade concebida de forma abstrata, mas a partir da história de vida dos diversos personagens que protagonizam o rural. Essa recorrente construção de práticas remete para uma experiência inscrita num saber e numa visão de mundo que se refaz à luz de informações e de conhecimentos do mundo contemporâneo globalizado. É nesse sentido que a vida social no campo adquire identidade diante de diversas situações e aponta para novas alternativas em função de vivências que emergem de situações concretas. Há uma diversidade de grupo de agricultores com experiências diferenciadas que buscam se realizar mediante projetos e expectativas que nem sempre são as previstas na sociedade. Esses projetos surgem como inovações, mas se apresentam como alternativas às soluções convencionais e ultrapassam o padrão tido como moderno.

É nesse mosaico de experiências que surgem novos personagens ou atores que reconstroem o ambiente social e natural. Novos atores, ou agricultores, que reagem e agem no sentido de assegurar suas condições de vida optando por alternativas que melhor respondem a suas expectativas e demandas. Nesse sentido, os agricultores que hoje saem do âmbito da produção convencional, seja daquela que usa agroquímicos, seja da produção tradicional que desconsidera as técnicas modernas, estariam contribuindo com qual tipo de ambiente rural ou construindo qual tipo de ruralidade? Poder-se-ia afirmar que os agricultores ecológicos estariam contribuindo com outro rural, ou uma ruralidade socioambiental, ou estariam apenas

transitando para uma agricultura ecológica substituindo as práticas agrícolas convencionais? A análise das práticas socioambientais dos agricultores que participam do movimento ecológico na agricultura contribuirá para responder essa questão.

O movimento ecológico na agricultura como novos atores

Parte-se do princípio que a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura ecológica é impulsionada pelo movimento ecológico que teoricamente situa-se na categoria novos movimentos sociais ou novos atores. Sendo um movimento que surge para se contrapor ao paradigma de produção dominante na agricultura, busca alternativas que dispensam o uso de insumos industrializados ou químicos, como fertilizantes e agrotóxicos de modo geral. Trata-se de um novo movimento, de um novo ator, na medida em que transforma as relações com o ambiente natural e as relações sociais ao reagir à dominação de um paradigma industrial de produção agrícola. Entende-se como novo ator, conforme Touraine (1995), aquele que age no sentido de transformar o ambiente em que vive, afirmando-se como sujeito. Duas dimensões orientam as ações do ator: racionalidade e subjetividade. O sujeito em ação, “novo ator”, seria o artífice da articulação dessas duas dimensões.

As ações sociais, situadas em contexto da modernidade, não estariam sendo dominadas exclusivamente pela racionalidade instrumental, mas fundamentadas por dimensões dicotômicas do racional e do subjetivo. O subjetivo relaciona-se aos interesses individuais de realização do ator: os sonhos, os desejos, as expectativas

culturais, o sentido da saúde e do bem-estar. O instrumental relaciona-se aos meios, que de forma calculada levam aos objetivos finalísticos da rentabilidade econômica ou da acumulação de bens. As técnicas e as práticas agrícolas constituem, por excelência, instrumentos estratégicos de busca de rentabilidade. Inspirado nessa perspectiva, o agricultor não estaria apenas substituindo suas práticas de produção agrícola convencionais, ou de base industrial, mas, motivado por interesses vinculados a outras racionalidades ou subjetividades, realizando um projeto de vida de múltiplos interesses.

O movimento social sempre está vinculado aos interesses de atores individuais, ou seja, dos agricultores, e se constrói a partir desses interesses. Nesse sentido, o movimento ecológico poderia ser interpretado como um dos movimentos culturais, pois estaria contribuindo com a construção de um paradigma de conhecimento em contraposição ao paradigma hegemônico da modernização agrícola, reconstruindo relações de convivência com a natureza ao invés de substituí-la por processos industriais e reconstruindo estilos de vida diferenciados.

A reação do ator ao império da racionalidade instrumental que caracteriza a lógica do sistema dominante pode também ser explicada pela teoria de Habermas (1998), quando entende que a modernidade é definida por uma tensão constante entre sistema e mundo da vida. Nessa perspectiva, o movimento ecológico que busca formas alternativas de relação socioambiental ao sistema dominante é oriundo de um mundo rural, com suas tradições, conhecimento e habilidades dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores de modo geral, marcado por um ambiente que se diferencia do urbano,

no qual a natureza transformada já não é mais natureza, mas um ambiente artificialmente construído.

O agricultor ecológico, situando-se num ambiente físico-biológico, social e simbólico, atua no sentido de realizar seus projetos e, ao fazê-lo, transforma o ambiente social e natural. Informado por um conhecimento que não se restringe ao âmbito da técnica, o agricultor age movido por interesses que levam em conta a reprodução de sua vida, que compreende várias dimensões. Nesse sentido, a ação é orientada por racionalidades múltiplas e além da racionalidade econômica. O agricultor ecológico é, desse modo, por definição, um dos artífices da racionalidade ambiental ou ecossocial. Poder-se-ia identificar no movimento ecológico, inspirando-se em Gorz (1991), limites para o avanço da racionalidade instrumental, na medida em que somente a cultura, entendendo-se aqui a cultura ecológica, pode estabelecer esse limite. É desse modo que se pode contrapor ao domínio de uma técnica contrária aos interesses individuais e desarticuladora de processos naturais e sociais. Novo ator, portanto, é aquele que, no intuito de se afirmar como sujeito, age no sentido de realizar propósitos nas dimensões do social, do individual, do ambiental, transformando o ambiente em que vive.

O ator ecológico restabelece a natureza simbolicamente, mesmo que a natureza não possa voltar a ser natureza tal como era no passado. Nesse processo de reconstrução social, um conjunto de conhecimento ocupa o cenário, estabelecendo um diálogo de saberes, conforme definido por Leff (2003). Dessa forma, cultura e natureza se reencontram, articulando um saber tradicional e um conhecimento racionalmente construído.

A análise dos atores compreende as transformações realizadas abrangendo dimensões do subjetivo e do objetivo, no sentido da racionalidade da ação, do social do técnico e do natural, no sentido do ambiente socioambiental. Nessa perspectiva, apresentaremos em seguida indicadores de estudos empíricos que serão organizados em três momentos: a construção do projeto coletivo; a relação com o ambiente natural e suas representações, e os desafios da construção de uma racionalidade ambiental.

A Rede Ecovida de Agroecologia: um projeto em construção

O movimento agroecológico na Região Metropolitana de Curitiba está organizado em núcleos de agricultores distribuídos em diversos municípios e comunidades. Insere-se na Rede Ecovida de Agroecologia que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A organização, sob a orientação da ideia de rede, não apresenta uma direção central, mas grupos locais que se articulam horizontalmente. Conforme salienta Scherer-Warren (1999), a rede pressupõe a organização de uma nova utopia democrática, surgindo na forma de auto-organização. As organizações em rede emergem de espaços da sociedade civil, conectando âmbitos locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais. A Rede Ecovida é composta por 21 núcleos regionais, sendo seis no Paraná, sete em Santa Catarina e oito no Rio Grande do Sul. Cerca de 170 municípios são atingidos mediante 200 grupos de agricultores, 10 cooperativas de consumidores e 20 organizações não governamentais (ONGs). No

âmbito nacional, a Rede Sul integra ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), juntamente com outras redes organizadas ⁵.

Para os agricultores da Rede Ecovida, na Região Metropolitana de Curitiba, a agroecologia não representa apenas outra prática de agricultura, mas outro projeto de vida em construção. Um projeto “agroecológico” que ressurgiu no interior da agricultura orgânica e, portanto, no interior do próprio movimento ecológico.

Carregado de contradições e conflitos internos, o movimento ecológico na agricultura se expressa mediante diversas correntes de pensamento. Em um primeiro momento são os agricultores orgânicos que organizam o movimento ecológico na Região Metropolitana de Curitiba. Após sucessivos embates, referentes às formas de comercialização e concepções de agricultura (BALESTRIN, 2002; PADILHA, 2008). um grupo de agricultores se reorganiza e passa a se inserir na Rede Ecovida de Agroecologia, que se filia à corrente agroecológica ⁶. Assim, a Rede explicita um projeto coletivo que, embora tenha como meta a melhoria do rendimento econômico do agricultor, não restringe sua ação ao âmbito da racionalidade instrumental. Ela estimula a cooperação e a participação, além de organizar um processo diferenciado de controle de qualidade dos seus produtos: o sistema participativo

⁵ ANA - Amazônia; Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede Ecovida de Agroecologia; Articulação Capixaba de Agroecologia(ACA); Articulação Mineira de Agroecologia (AMA).

⁶ A agroecologia é uma das correntes de pensamento. Existem outras, como por exemplo a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a permacultura.

de certificação. Ao invés de uma auditoria exterior, realizada por representantes de entidades credenciadas para certificação, a Rede Ecovida de Agroecologia constrói um sistema singular, onde os coordenadores de grupos e líderes desenvolvem atividades não apenas de controle, mas também de orientação e repasse de informações. Embora com conflitos internos, esse sistema permite que o conhecimento relativo à habilidade e ao saber camponês possa ser exercitado e ampliado no interior do próprio grupo, mediante discussões (STUM, 2008).

O sistema participativo permite que se realize troca de saberes, entendidos como a conjugação de saberes técnico e saberes resultantes da experiência de vida do agricultor. Há possibilidades de ocorrer consensos internos, embora haja dissensos decorrentes da prática democrática. Um exemplo de consenso é que a certificação participativa aproxima o agente de certificação (normalmente coordenador de grupo) dos agricultores do que o auditor externo. O dissenso ocorreu na medida em que a certificação participativa exige mais tempo do agricultor, enquanto que na auditoria externa o agricultor fica mais liberado para suas atividades produtivas.

No âmbito individual, os atores que participam da rede realizam-se na construção de um projeto de vida que alia racionalidade econômica a preocupações com saúde, trabalho familiar, autonomia e sentimento de pertencimento ao grupo, desenvolvendo uma relação simbiótica com a natureza (PINHEIRO, 2007).

Desse modo, no interior do movimento ecológico uma forma de fazer agricultura está relacionada a uma forma de viver e de interagir com o ambiente social e ambiental. É nesse sentido que este trabalho procura investigar em que medida

o projeto da rede de agricultores ecológicos se traduz em ações individuais que se situam além da substituição das práticas agrícolas convencionais por práticas ecológicas.

A natureza e suas representações: a relação com o ambiente e com a reprodução da vida

A atividade agrícola, com sabemos, é uma atividade que se desenvolve num ambiente que continuamente é reconstruído a partir do manejo dos recursos naturais. Contrariamente à atividade industrial, a produção agrícola não resulta de um sistema de máquinas, mas de um sistema vivo que se reproduz numa dinâmica que integra aspectos físicos, químicos, biológicos, culturais e humanos, que os ecólogos denominam ecossistema. Esses diversos fatores nem sempre são totalmente controlados pelo homem: um deles, o mais visível, o é fator climático. Nesse sentido, a prática ecológica reafirma uma forma de produção que tem por base o manejo de recursos naturais em oposição ao manejo de recursos industriais, ou químicos. Se, por um lado, observa-se no conjunto da sociedade, em particular na agricultura, um movimento crescente de industrialização dos processos produtivos, por outro, também se verifica que emergem processos contrários, ou seja, movimentos de reapropriação de processos naturais. É nesse contexto que surgem as diferentes formas de agricultura ecológica que traz consigo uma maneira diferenciada de representar ou de se relacionar com a natureza ou de se posicionar perante ela. Assim, identifica-se nos agricultores um sentimento de que a agroecologia reaproxima os seus protagonistas da natureza quando se constata falas como esta: "Agroecologia nos aproxima da natureza e de tudo o que é sagrado". São representações que expressam sentimentos

que extrapolam a noção utilitarista do uso dos recursos naturais e que remetem ao âmbito do sagrado ou mesmo da subjetividade. O sagrado, aqui é que se respeita e que se cultiva, que não se destrói, mas que se recria e se glorifica. Um sagrado que pode significar o ambiente natural exterior, mas que também pode ser interpretado como a natureza que é parte integrante da reprodução dos ciclos da vida. Nesse sentido, a natureza é a aliada na reprodução da vida biológica do ambiente, mas também da saúde humana. Ao dizer que “mantemos com a natureza uma relação de interação tendo com isso uma relação mais saudável e um ambiente ecologicamente equilibrado”, o agricultor está representando um cuidado não apenas com a natureza exterior, mas também de si mesmo. É nessa direção que a atitude perante a agricultura convencional que faz uso dos insumos industrializados, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, é vista de maneira crítica. Pois “a agroecologia não é igual ao cultivo convencional porque enfoca melhor a qualidade de vida”, segundo palavras de um agricultor. Nota-se que qualidade de vida está diretamente relacionada à ausência de insumos industrializados, ou mais diretamente a um “estilo de vida” que interage e reproduz o ambiente natural. Uma vida saudável nessa concepção significa cultivar segundo as leis da natureza.

A vida saudável significa cultivar relações ambientais que preservem a natureza e assim as práticas ecológicas são estratégias sociais de reprodução da vida do agricultor (RUSZCZYK, 2007). No dizer do agricultor, a agroecologia traz a “preocupação ambiental e melhor qualidade de vida da família e para que meus pais se alimentem de produtos saudáveis”. Não apenas a produção deve seguir princípios da natureza, a alimentação também precisa ser natural.

Ao se estudar as práticas alimentares entre os agricultores ecológicos, Erica ELL (2008) constatou que, para os agricultores, alimentação saudável significa produtos com ausência de agrotóxico. Nesses termos, o agrotóxico é identificado como “veneno”, ou seja, havendo agrotóxico nos alimentos eles se tornam não comestíveis. Essa representação leva o agricultor a cultivar seus próprios alimentos, retornando portanto à produção para autoconsumo. Ao desenvolver a produção de autoconsumo, no âmbito do sistema produtivo, o agricultor contribui para um outro padrão de saúde alimentar e ao mesmo tempo para a diversificação da produção ou para a biodiversidade do ecossistema.

Representação e práticas constituem, assim, diferentes dimensões do real. Como diz Serge Moscovici: a representação do real faz parte da mesma realidade.

No âmbito das práticas socioambientais e produtivas, constatarem-se diferenças entre agricultores de comunidades distintas. Os estudos mostraram que os agricultores recuperaram o ambiente físico e biológico anteriormente degradado, mesmo nas comunidades mais integradas ao mercado e que desenvolviam práticas agrícolas rudimentares, como queimadas, desmatamento, uso inadequado dos solos. Essa recuperação se realiza mediante o plantio em nível, a rotação de culturas, o cultivo de agroflorestas etc. (CRISPIM, 2007). Sendo o meio físico um elemento importante na configuração dos sistemas agrários, considerando a sua propensão natural, no que se refere à sua fragilidade ou potencialidade, observa-se um ajustamento de práticas ecológicas a partir da experiência de vida ou de um saber acumulado do agricultor. Experiências que, a despeito de uma negação

do paradigma da modernização, são ressignificadas e reintegradas ao processo produtivo. É assim que a sabedoria dos agricultores identifica as terras mais apropriadas a determinadas culturas, as que são mais férteis e as que são destinadas a outras atividades (FLORIANI, 2007).

Entre os recursos naturais diretamente relacionados com o ambiente agrícola, a água foi considerada entre os agricultores como o mais importante. Observou-se que os agricultores desenvolvem medidas de proteção às fontes de água e rios com vistas à obtenção de quantidade e qualidade suficientes. As amostras de água coletadas em diferentes pontos dos rios e das nascentes, submetidas à análise do IQA (índice de qualidade da água), comprovaram a eficácia da proteção realizada pelos agricultores. As análises obtiveram índices satisfatórios, isto é, situaram-se entre 1 e 2, conforme a Resolução CONAMA 357/05 e IAP (1998). Comparado com os índices dos rios que passam por propriedades de agricultura convencional, pode-se afirmar que a qualidade da água de fontes e rios dos agricultores agroecológicos é superior (CRISPIM, 2007).

Esse conjunto de indicadores aponta para um processo de gestão dos recursos naturais de modelo ou paradigma diferenciado. Ao mesmo tempo mostra que a prática agroecológica recupera princípios ecológicos de biodiversidade, de manejo do solo e da água visando a preservação de seu potencial produtivo e qualidade sanitária. Mostra também que as ações dos atores são desenvolvidas segundo diferentes razões, ou racionalidades, entre elas a que valoriza o ambiente e a reprodução da vida social e biológica.

A racionalidade ambiental em construção

O movimento ecológico desde o seu início nasce como um contraparádigma à industrialização da agricultura. Da mesma forma, ao se recriar recentemente em vários locais, traz consigo um ideário que aponta para a construção de uma forma de produção e um estilo de vida que têm como referência de ação uma racionalidade ecossocial (GORZ, 1991) ou uma racionalidade ambiental (LEFF, 2003). É o que se constata em vários estudos já realizados na Região Metropolitana de Curitiba quando os agricultores indicam as razões para a conversão de suas formas de cultivo. Os motivos mais citados para a conversão estão relacionados à saúde e a questões ambientais e econômicas (PINHEIRO, 2007; ZONIN, 2007; PADILHA, 2008). A partir dessas motivações, a análise da ação desses agricultores denota que eles a racionalizam segundo seus interesses econômicos ou técnicos, mas não de forma excludente ou predominante. Diversas razões, incluindo o econômico, movem o agricultor para se transformar em um ecoagricultor. Além da racionalidade que diz respeito à agricultura familiar, como reprodução da família, que a literatura sobre a produção camponesa e familiar aponta classicamente, acrescenta-se outra: a ambiental. Essa racionalidade, que inclui a dimensão do ambiental, difere daquela racionalidade do campesinato tradicional porque se situa num contexto de modernidade em que as práticas socioprodutivas não são reproduzidas de modo complementar ao ambiente e segundo o movimento da natureza, conforme já apontado por Candido (1975), mas resultam de um reflexividade que abrange interesses diversos. A construção dessa racionalidade, no entanto, não ocorre sem contradições ou recuos e está relacionada, de um lado, com a sobrevivência do agricultor e, de outro,

com a lógica do sistema que impõe uma racionalidade instrumental ou técnica.

Ao se inserir no mercado, o agricultor se vê compelido a ajustar-se aos padrões técnicos de exigência mercantil, além dos apelos de competitividade e rentabilidade. Nesse sentido, a experiência organizacional dos agricultores ecológicos enfrentou dificuldade com as exigências impostas pela rede de supermercados de Curitiba, em particular com a Rede Sonae (BALESTRINE, 2002).

As formas de comercialização, tais como redes de supermercado ou feiras alternativas, produção integrada a sistemas contratuais ou produção e comercialização independente, constituem dilemas relacionados com a ampliação do movimento ecológico ou expansão da produção e com a sua institucionalização. Esses dilemas têm repercussões no ideário da agroecologia tal como concebido na sua origem e, nesse sentido na forma de produzir. Não raras vezes são motivo de tensões e clivagens no interior do movimento que levam a dissidências e retorno ao modelo convencional de produção. É o que mostra a análise da trajetória do Movimento Agroecológico em Rio Branco do Sul-PR (PADILHA, 2008). A história da organização de agricultores locais é marcada por dissolução, de um lado, e reorganização, de outro. Esses movimentos de refluxo e refundação do movimento podem ser interpretados como uma reação dos agricultores aos processos de colonização e domesticação da lógica do mercado e do sistema econômico.

Mas, o mercado ao mesmo tempo se impõe massificando o consumo é também espaço de livre transação e demandas de natureza diversa. Nesse sentido, é constituído por consumidores e por atores diversos e movidos por demandas com interesses também distintos.

A emergência de atores consumidores, ou consumidores ecológicos, conforme já apontando por Portilho (2005) e constatado em pesquisas nos supermercados em Curitiba (SILVA, 2007), constitui uma das razões para o aumento da demanda de produtos agroecológicos. A politização do consumidor traz consigo a possibilidade de se instaurar na sociedade de mercado outras formas de consumo, diferenciadas do consumismo de massa. Uma lógica que, tal como no sistema produtivo, abre perspectiva para a construção de um modelo de ação que tem como referência não apenas o econômico, mas também os interesses individuais subjetivos múltiplos, ou ambientais. Como mostra uma pesquisa realizada no âmbito dos supermercados em Curitiba: o principal motivo para demandas de consumo ecológico é a saúde (SILVA, 2006). É nesse sentido que a construção de uma racionalidade ambiental no âmbito da sociedade é possível. Embora as análises da trajetória da experiência dos movimentos agroecológicos apresentem tensões, contradições e conflitos, as demandas de um mercado diferenciado possibilitam e impulsionam a produção ecológica e a construção de uma racionalidade ambiental que se contrapõe ao domínio exclusivo da racionalidade instrumental, tal como apontado por Leff (2003). A construção dessa racionalidade emergente é fruto da reação de “atores novos” que acionam mecanismos de defesa da vida que conjugando dimensões do natural e do social.

Novos atores e ruralidade socioambiental

Constata-se que os agricultores ecológicos estudados e inseridos no contexto de um movimento social organizado, no caso a Rede Ecovida na Região Metropolitana de

Curitiba, contribuem para a ecologização de um rural que se situa além das práticas agrícolas. No âmbito do ambiente físico e biológico, são identificadas ações relacionadas à manutenção da biodiversidade, como o cultivo de produtos visando a uma alimentação saudável, cuidados com fontes de água e rios, cultivo de agroflorestas, conservação dos solos. Essas ações relacionam-se com uma representação da natureza que identifica a ecologia como uma forma de reencantamento do mundo e de reapropriação de um conhecimento que ressignifica cultura e natureza. Sob o ponto de vista das relações sociais, a inserção do agricultor em uma organização em rede aponta a dimensão de uma política que se desenvolve no interior do movimento que recupera afirmativamente os interesses individuais, transformando-os em projetos coletivos. Nesse sentido, restabelece-se uma utopia organizacional em que o agricultor, como ator, é o principal artífice de outra racionalidade: uma racionalidade ambiental.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que o desenvolvimento da ecologia na agricultura traz consigo a emergência de outra ruralidade: a socioambiental. Isto porque traduz ações de agricultores que constroem uma racionalidade que, a partir de tensões e conflitos, se diferencia da racionalidade instrumental. Essa racionalidade identificada como ecossocial ou ambiental traz orientações fundamentadas em múltiplas razões ou motivos. O rural que pode resultar da ação desses personagens se diferencia do rural moderno que, mesmo conservando a natureza, privilegia o instrumentalismo tecnológico tendo como primazia a rentabilidade econômica. Dessa forma, pode-se afirmar que uma “outra ruralidade” tensiona o rural moderno: uma ruralidade socioambiental que não é de domínio exclusivo da racionalidade instrumental.

Referências bibliográficas

- BALESTRIN, Nádia Luzia. *Associação da agricultura orgânica no Paraná: uma proposta em (re)construção*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2002.
- BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: *Sociedade e Ambiente*, v. III, n.1, jan./jun., 2005.
- CANDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- SCHERER-WAREN, Ilze. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CRISPIM, Jeferson. *A importância da água na transição para agricultura de base ecológica: um estudo em Rio Branco do Sul, Paraná*. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2007.
- ELL, Erica. *Concepção sobre práticas alimentares de agricultores ecológicos da Região Metropolitana de Curitiba*. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2007.
- FLORIANI, Nicolas. *Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul- PR: uma abordagem geo-socio-agronômica da paisagem rural*. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2007.
- GIDDENS, Antony. *Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GORZ, André. *Capitalisme Socialisme Écologie: désorientations orientations*. Paris: Galilée, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa* Tomo II, crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1988.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1990.
- MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- LEFF, Henrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. In: *Desenvolvimento e meio ambiente*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 7, jan./jun., 2003.
- PADILHA, Douglas Ochiai. *A construção da racionalidade ambiental no Movimento Agroecológico em Rio Branco do Sul*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2008.

- PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. In: BRANDENBURG, Alfio e outros. *Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.
- PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.
- RUSZCZYK, João. *Transição para a agricultura de base ecológica como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares: um estudo em Rio Branco do Sul-PR*. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2007.
- SILVA, Pedro Junior. *Um passeio pelas gôndolas*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.
- STUM, Michelli Gonçalves. *A relação entre sistemas de certificação e práticas socioprodutivas na agricultura ecológica: o caso de Rio Branco do Sul*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, 2000.
- ZONIN, Wilson João. *Transição agroecológica: modalidades e estágios na RMC*. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2011, vol. 19, n. 1, pp. 126-148, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura*). Este artigo analisa em que medida os agricultores que participam movimento agroecológico contribuem para a construção de um rural socioambiental, não se restringindo a substituição de práticas agroindustriais por práticas ecológicas. A análise referencia-se empiricamente em dados pesquisados, no Município de Rio Branco do Sul, Região Metropolitana de Curitiba, em particular no espaço de atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A investigação foi realizada a partir de um projeto interdisciplinar do qual participaram mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e doutorandos do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

Palavras-chaves: novos atores no rural, agricultores ecológicos, movimento agroecológico.

Abstract: (*The new actors in the reconstruction of the rural environment in Brazil: the environmental movement in agriculture*). This article analyzes the extent to which farmers who participate in the agro-ecology movement contribute to the construction of a socio-environmental rural milieu, a phenomenon which goes beyond the substitution of agro-industrial practices with ecological ones. Our analysis is empirically based on research data from the municipality of Rio Branco do Sul, belonging to Greater Curitiba, and in particular, from the realm of action pertaining to the ecological farming network called *Rede Ecovida de Agroecologia*. The research was carried out through an interdisciplinary project which included the participation of Master's Degree students in Sociology and Doctoral students in the program for Studies of the Environment and Development, Federal University of Paraná.

Key words: new rural actors, organic (agroecological) farmers, agro-ecology movement.